

À CONVERSA COM CALVET DE MAGALHÃES

PEQUENO ENSAIO DE HISTÓRIA ORAL

Bruno Cardoso Reis

Conheci o embaixador Calvet de Magalhães em 1999 quando finalizava uma tese de mestrado sobre as relações entre Portugal e o Vaticano. A última vez que estive com ele foi em Abril de 2004, alguns meses antes da sua morte. Nos encontros que tivemos entre essas datas, e em duas longas entrevistas, o embaixador Calvet sempre correspondeu à sua reputação de ser um diplomata tão interessado pela história como pelos problemas actuais; de ser uma pessoa particularmente aberta e disponível para ajudar outros a fazerem bem um trabalho de investigação histórica que ele apreciava, tanto mais quanto se dedicava a ela. Os diplomatas, em geral, mostram algum interesse pela história, sobretudo e naturalmente pela história das relações internacionais. Não é raro mostrarem-se disponíveis para falar com os investigadores. Mas Calvet de Magalhães tinha a fama de ser um observador particularmente arguto da vida do Ministério dos Negócios Estrangeiros. E de estar pouco ou nada preso aos pruridos sobre o carácter eventualmente sensível dos seus testemunhos. Este texto procura fazer uma homenagem a essa disponibilidade do embaixador Calvet da única forma adequada. Ou seja, fazendo um pequeno enquadramento crítico de alguns dos seus testemunhos. E bem longos eles foram, por vezes, tanto que a nossa primeira entrevista, sinal da minha inexperiência, excedeu largamente a cassette que tinha levado...¹

Centrar-me-ei sobretudo no tema que mais desenvolvi nestas conversas com o embaixador, as relações entre Portugal e o Vaticano. Mas, a propósito dele, outros pontos foram sendo também referidos. Sobretudo, é possível traçar verdadeiros retratos de Salazar e Marcelo Caetano. Este texto tem ainda um outro nível de leitura. Pode ser visto como uma apologia da história oral como uma forma válida de investigação de história. A entrevista, a procura de testemunhos dos protagonistas, não é necessariamente bem vista entre os historiadores portugueses. Ora, parece-nos que ter reservas gerais e *a priori* quanto à história oral não faz sentido. Iremos procurar explicar melhor porquê nas conclusões deste texto. Mas o próprio material que iremos citar parece demonstrar como a história oral pode representar uma mais-valia face aos testemunhos escritos que são useiros e vezeiros na investigação histórica.

Em termos de estrutura, o texto está dividido em três secções. Nas duas primeiras registam-se alguns traços dos retratos de Salazar e de Marcelo Caetano que o embaixador nos desenhou. Na terceira secção tocaremos mais especificamente no processo de revisão da Concordata de 1940 para permitir o divórcio dos casados pela Igreja. Esta atenção justifica-se por este ser, segundo o próprio embaixador Calvet, um dos momentos máximos da sua carreira, e também um dos mais reveladores sobre o seu entendimento da natureza da diplomacia. Além disso teve um impacto na história portuguesa e na evolução das relações entre Portugal e o Vaticano que não nos parece ser suficientemente realçado.

SALAZAR: A RAPOSA

O embaixador Calvet não foi um próximo de Salazar. A sua família era de tradições liberais. O seu irmão tinha estado activamente envolvido no nacional-sindicalismo, mas «não era Salazarista». Este movimento tinha procurado a radicalização fascista do regime de Salazar. Tendo falhado, foi alvo da repressão e, ou aceitou integrar-se, ou, como sucedeu com o seu líder, passou à oposição. Portanto, estas associações ideológicas da família de Calvet de Magalhães, embora contraditórias, não iam no sentido de fazer do embaixador «um homem do regime».

Dito isto, o embaixador insistia em três factos. Desde logo, que o regime era, inicialmente pelo menos, compósito. Ou seja, congregava várias correntes mais ou menos nacionalistas, mais ou menos conservadoras. Calvet de Magalhães aliás refere que o seu irmão, tendo estado em contacto com o general Sanjurjo, exilado no Estoril, na organização do Alzamiento que levaria à guerra civil de Espanha, tinha ouvido deste o comentário de que o regime de Salazar era «un gobierno de medias tintas». O que, além de ser um indicador interessante sobre as intenções iniciais dos militares espanhóis revoltosos, exprime bem um certo equilibrismo do Estado Novo no contexto europeu da época. O segundo ponto importante para Calvet, e relacionado com este, era o de que a missão de um diplomata era servir o país e não um regime. «Eu fazia questão de não falar de política. Sempre fiz.» E esclarece que se Marcelo lhe falava destas questões «eu não dava deixas». A explicação era simples: «[...] era diplomata não tinha nada que me meter em política. Se eu quisesse, no tempo do Marcelo, ele queria por força que eu fosse ministro dos Negócios Estrangeiros.» Mas isso implicaria começar a fazer política. Ora, Calvet via-se como um diplomata acima de tudo.

O terceiro ponto fundamental era a sua admiração intelectual e profissional por Salazar. O regime podia não ser, pelo menos a partir de determinada altura, exactamente o que ele, Calvet de Magalhães, desejaria. Porém, o seu chefe era para ele uma personalidade com grandes qualidades políticas, um decisor hábil no campo das relações internacionais. Em suma, não sendo nem salazarista, nem evidentemente opositor, Calvet considerava-se acima de tudo um diplomata. Ele procurou, na medida das suas possibilidades e sem nunca abandonar ou abanar o barco do Estado, fazer o País avançar no sen-

tido do que ele considerava serem os seus reais interesses. Nomeadamente, pelo reforço da sua ligação com a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América.

Neste aspecto, havia um ponto que o aproximava de Salazar. O interesse é a valorização por ambos da diplomacia económica. Quanto à relação entre Salazar e o Vaticano, o veredicto do embaixador é claro. Salazar era acima de tudo, apesar da sua formação católica e de ter feito no Centro Católico o seu tirocínio na política, um estadista. Isto significava que colocava o seu entendimento dos interesses do Estado acima de quaisquer outras considerações. Além disso, o seu poder era autoritário, e assentava em parte na repressão, claro. Mas resultava também de uma hábil manipulação da sociedade portuguesa, que o tornava muito sensível ao possível custo político das suas medidas.

Quando a certa altura se colocou a questão de devolver o colégio de Campolide aos jesuítas, o embaixador Calvet relatou-me uma conversa havida entre o futuro embaixador Eduardo Brazão e Salazar, que lhe teria confidenciado: «[...] a você que é católico eu digo-lhe: a Igreja tem-me dado mais dores de cabeça! Dizem que eu mando neste país, mas se eu entregasse o colégio de Campolide, o país caía-me em cima. Eu não tenho poder para isso!» E Calvet comenta precisamente que Salazar «sabia até aonde é que podia ir. Não é que ele tivesse nada contra os jesuítas. Mas sabia que se fizesse alguma coisa que pudesse ser interpretado como apoio aos jesuítas a oposição ganhava uma arma que era importante. Mostra o carácter e a lucidez do Salazar nestas questões da religião e da política. Ele vivia de equilíbrios.» Ou seja, nem hostilizava a Igreja, com quem simpatizava e de cujo apoio precisava para o seu projecto político conservador, mas também não cedia demasiado, o que arriscaria alienar certas facções do regime, e, sobretudo, a dar força renovada à oposição. Sobretudo, se ele entendesse estarem em causa interesses

do Estado, dificilmente cederia, tornava-se para ele uma questão de princípio. Das conversas com Calvet de Magalhães fica claro que, independentemente da apreciação das suas políticas concretas ou da natureza do regime, segundo ele, Salazar tinha duas qualidades fundamentais num estadista. A primeira era uma

DAS CONVERSAS COM CALVET DE MAGALHÃES
FICA CLARO QUE, SEGUNDO ELE,
SALAZAR TINHA DUAS QUALIDADES FUNDAMENTAIS
NUM ESTADISTA. A PRIMEIRA ERA UMA CERTA
CAPACIDADE DE DISTANCIAR O PESSOAL
DO POLÍTICO. A SEGUNDA ERA A SUA CAPACIDADE
PARA FIXAR OBJECTIVOS DE LONGO PRAZO.

certa capacidade de distanciar o pessoal do político. A segunda era a sua capacidade para fixar objectivos de longo prazo. Estivessem ou não certas as suas análises, princípios e opções estratégicas, Salazar seguia-as. Tinha linhas de rumo claras. Mais, fazia-o com inegável «manha». Segundo Calvet, ele «sabia muito bem como lidava com os bispos, como é que lidava com os núncios, como é que lidava com os embaixadores». Sabia ser encantador quando era preciso, mesmo que soubesse que a pessoa lhe era hostil. Não era o caso do Marcelo Caetano.

MARCELO CAETANO: O LUÍS XVI À PORTUGUESA

O embaixador Calvet não era nem oposicionista, nem salazarista. Mas teria sido um marcelista? Foi, pelo menos a partir de certa altura e quando começou a assumir um papel de maior relevo, um dos membros da elite no poder que defendiam uma maior aproximação de Portugal às democracias ocidentais. Porém, sempre evitou, como vimos, dar a isso uma dimensão abertamente política. Seja como for, esta corrente é geralmente apelidada de marcelista. Para mais, Calvet tinha sido aluno de Marcelo Caetano. Ora, como o embaixador explicava com evidente irritação, o professor «teve sempre a mania de criar à volta dele um grupo de antigos alunos que ele considerava como propriedade sua». Esta ligação de Calvet de Magalhães com Marcelo foi sem dúvida decisiva para a sua elevação a secretário-geral do MNE, em 1971. O que ele não tem dúvidas em admitir,

SE CALVET DE MAGALHÃES TEM CARACTERÍSTICAS QUE PODEM LEVAR-NOS A APELIDÁ-LO DE MARCELISTA, PARECE-NOS QUE A DESIGNAÇÃO NÃO É INTEIRAMENTE PERTINENTE, DADAS AS DIVERGÊNCIAS QUE AMBOS MANTERÃO DURANTE A GOVERNAÇÃO DE CAETANO.

comentando que Marcelo Caetano «dizia que tinha uma grande amizade para comigo, e fez coisas que o demonstravam, mas supunha que a isso correspondia da minha parte uma total subserviência». Ora, o embaixador gostava de sublinhar que «sempre fui muito independente». Portanto, se Calvet de Magalhães tem

características que podem levar-nos a apelidá-lo de marcelista, parece-nos que a designação não é inteiramente pertinente, dadas as divergências que ambos manterão durante a governação de Caetano.

Claro que se pode considerar que estamos perante um distanciamento fácil *a posteriori* de Calvet de Magalhães, talvez mesmo uma forma de «dourar» os seus pergaminhos democráticos. É ainda possível que tenha havido neste conflito elementos que não nos referiu. Em suma, que o valor do seu testemunho seja parcial e portanto duvidoso. Mas estas críticas, apesar da sua pertinência, merecem-nos duas observações. A primeira é a de que não há testemunhos completamente imparciais, sejam eles escritos ou orais. Daí a necessidade da crítica histórica, da multiplicação de fontes. Em segundo lugar, a de que mesmo que se venham a mostrar serem injustas ou derivadas de outros motivos, as críticas do embaixador Calvet a Marcelo Caetano são pertinentes em si mesmas. Merecem portanto ser seriamente ponderadas independentemente do valor que se dê ao seu testemunho.

Note-se, em todo o caso, que o relato de Calvet de Magalhães não desmerece à luz de alguns indicadores tradicionais de rigor na análise crítica de testemunhos. Ele não exagera o seu protagonismo crítico face a Marcelo, nem lhe atribui qualquer tipo de conotação política. Quando refere um encontro nocturno em casa de Caetano para despacho, e em que surgiram várias questões, afirma que no final «Ele acompanhou-me à porta, e disse-me [imitando um tom crispado] “vocês lá no Ministério têm a mania de ser independentes!” Eu quase que lhe disse, “Ó Sr. Presidente, isso é um grande elogio.”»

Não disse, porque tinha um certo respeito. Mas ele disse-me isto na cara, como se fosse um defeito!» Ora, nada mais fácil – na ausência de quem o pudesse contrariar – ou mais tentador para uma testemunha do que transformar aquilo que queria ter dito, naquilo que realmente disse. Claramente, neste caso pelo menos, o embaixador Calvet resistiu a essa suprema tentação. É um bom indicador de rigor. Mas é evidente também que este texto é um pequeno ensaio exploratório, e só a consulta de outras fontes, e nomeadamente do próprio arquivo de Marcelo Caetano, permitirá esclarecer de forma mais aprofundada a relação entre o presidente do Conselho e algumas figuras-chave do aparato diplomático.

No fundo, o que importa sublinhar é que Caetano, por quem Calvet à partida tinha mais simpatia, se irá mostrar inferior a Salazar como homem de Estado. Caetano tinha uma tendência para personalizar as questões políticas, era uma pessoa de «enormes ressentimentos». E Calvet comenta que em política em geral, e em política externa em particular, isso «não pode funcionar, é impossível. Nem amizades, nem inimizades. O Marcelo entrou nessa coisa, porque era uma pessoa que tinha esses desequilíbrios como político». Ou seja, o apego a princípios de amizade, ou de rigor no juízo de carácter, sendo altamente estimáveis na vida privada, podem ter resultados desastrosos na governação. Basta pensar no caso de Luís XVI. Um exemplo acabado disto mesmo no caso de Marcelo Caetano é o facto de se ter recusado a considerar sequer a possibilidade de afastar o almirante Tomás da Presidência, pois isso violaria a sua dívida de gratidão para com este. Afinal, tinha sido o almirante a nomeá-lo para chefe do governo.

Estes problemas vieram ao de cima de forma exemplar nas relações com o Vaticano, que nesta altura atravessavam um período muito complicado e chegaram por duas vezes ao ponto da quase ruptura. No caso da audiência de Paulo VI aos líderes dos movimentos armados em África, em 1970, o embaixador português foi chamado a Lisboa para consultas, o que na linguagem diplomática apenas pode ser ultrapassado pela decisão de cortar relações. Mais uma vez mostrando a sua independência de juízo, Calvet, ao mesmo tempo que afirmava a sua grande amizade pessoal pelo seu compadre Eduardo Brazão, não deixava de considerar um «erro enorme» a sua nomeação para o Vaticano. Brazão estava tão ligado à Igreja que «esperava que ela lhe fizesse todos os favores». Ora quando «os interesses políticos, na Secretaria de Estado, que evidentemente existem, colidiam com os nossos, ele tomava isso como uma ofensa pessoal! [...] Não pode ser.» E portanto «não deitou água na fervura» em momentos de crise. E menos ainda o fez Caetano que se recusou a considerar a questão do regresso de Brazão a Roma. Não o proibia. Não o ordenava. Não queria tocar no assunto. Perante a passividade do ministro Rui Patrício – caracterizado de «inteligente» mas inteiramente devotado a Caetano – foi Calvet a tomar a iniciativa de falar com Brazão no sentido de este voltar para junto do Vaticano, para evitar amplificar ainda mais uma questão que interessava a Portugal enterrar rapidamente.

Claro que este, como muitos outros problemas com o Vaticano que Marcelo teve de enfrentar, se devia a causas de fundo, que há muito se manifestavam. É igualmente claro que elas resultavam em grande parte de opções estratégias arriscadas – é o mínimo que se pode dizer – tomadas por Salazar em nome do seu ideal de grandeza e plena soberania para Portugal. Mas nem por isso deixa de ser relevante considerar até que ponto a forma como Marcelo jogou com as cartas que lhe foram dadas piorou ou melhorou as coisas. O que é evidente é que foi perdendo o controlo da situação. Mais uma vez o testemunho de Calvet de Magalhães ilustra isso. Durante a viagem de avião em que Calvet acompanhou Caetano para o funeral de Estado do presidente francês Pompidou, falecido a 2 de Abril de 1974, o embaixador referiu que «fomos obrigados a fazer conversa. Uma conversa um bocadinho forçada, pelo menos de início», e apenas testemunhada pelo secretário pessoal de Marcelo Caetano. Nela o último líder do Estado Novo ter-lhe-ia dito que agora é que percebia os protestantes em relação ao Papa, e afirmou mesmo: «Confesso-lhe que já perdi a fé!» Disse-me isto!» Nesta altura este tipo de condenações não se limitavam apenas ao Vaticano. Também a imprensa portuguesa lhe aparecia toda «dominada pelos comunistas», de forma que nem mesmo a censura bastava para a controlar – ela teria de passar toda para o Estado! Em suma, na véspera do 25 de Abril havia muitos desiludidos e pessimistas com a situação política do País, mas poucos o estariam tanto como este Marcelo Caetano visto por Calvet de Magalhães.

Em suma, para o embaixador Calvet, Marcelo Caetano tinha uma tendência para – numa metáfora que nos parece particularmente apta e que usou numa conversa informal comigo – se enfiar em becos sem saída dos quais depois se recusava terminantemente a sair! Tinham de ser outros, nomeadamente, em algumas ocasiões, o secretário-geral do MNE, a tirá-lo de apuros. Foi o que sucedeu, por exemplo, com a (não) decisão sobre a entrada da China comunista na ONU em 1971. Foi o que sucedeu na crise com o Vaticano, como vimos. E, acrescentaríamos nós, foi o que sucedeu uma última vez a 25 de Abril de 1974. O que evidentemente não quer dizer que fosse fácil sair de muitas das situações enfrentadas por Marcelo.

Mas o que prevalece na leitura de Marcelo Caetano pelo embaixador Calvet é a ideia da sua espantosa ingenuidade política. Ele comentava: «Marcelo Caetano, é curioso, embora fosse um homem com grande experiência de Estado, professor de direito administrativo, no plano político tinha muitas falhas.» Parecia muitas vezes ignorar os imperativos da *Realpolitik*. A explicação estaria talvez precisamente no facto de que a sua experiência ministerial no Estado Novo tivesse sido encarada por Marcelo como uma experiência mais administrativa do que política, mais jurídica do que orientada para uma reflexão sobre a natureza do poder. Mas parece-nos evidente que era também um problema de personalidade, que se agudizou à medida que as dificuldades políticas que enfrentava, e que representariam um enorme desafio mesmo para um político de extrema habilidade, foram aumentando.

A tudo isto há que acrescentar um equívoco que ele mesmo terá cultivado no início. Marcelo Caetano nunca quis mudar substancialmente um sistema político no qual tinha estado tão envolvido desde o início. Aliás, Calvet de Magalhães estava convencido de que Marcelo tinha pavor da suprema inteligência de Cunhal, que no fundo teria sido uma espécie de aluno dilecto seu. Caetano estaria convicto de que seria impossível a outrem controlar qualquer processo de transição em que o PCP tivesse lugar. Fosse também por isso ou não, parece-nos evidente que o que Marcelo Caetano queria, como ele mesmo afirmou repetidamente, era renovar na continuidade, e não revolucionar por via de uma verdadeira ruptura. Era normal que assim fosse tendo em conta o seu percurso. Quem esperou o contrário equivocou-se quase tanto quanto Marcelo sobre as possibilidades de manter o regime e o império retocando-os ligeiramente.

CALVET DE MAGALHÃES ESTAVA CONVENCIDO DE QUE MARCELO TINHA PAVOR DA SUPREMA INTELIGÊNCIA DE CUNHAL, QUE NO FUNDO TERIA SIDO UMA ESPÉCIE DE ALUNO DILECTO SEU.

O DIVÓRCIO E A CONCORDATA: DE MARCELO CAETANO A MÁRIO SOARES

Um dos exemplos maiores para Calvet de Magalhães das limitações de Marcelo Caetano como governante tinha sido precisamente a sua tentativa de lidar com um problema complicado criado pela Concordata de 1940. O artigo XXII deste acordo entre Portugal e o Vaticano impedia o recurso ao divórcio civil para os que tivessem optado pelo casamento católico. Caetano tinha pensado alterar esse artigo por via de uma reforma legislativa interna, um «juridicismo» que Calvet não sabia precisar, mas que colocaria o Vaticano perante um facto consumado. Neste contexto, Marcelo decidiu, supostamente para preparar o terreno e conter os estragos, comunicar o que estava a preparar ao núncio Sensi, cuja amizade tinha vindo a cultivar havia algum tempo. Caetano pediu ao diplomata papal segredo, compreensão para com as suas dificuldades internas e ajuda para explicar a situação ao Vaticano e aos bispos. Naturalmente que o núncio imediatamente «explicou» a situação a Roma e a alguns bispos, nomeadamente à figura de proa do conservadorismo católico, o bispo auxiliar de Lisboa e das Forças Armadas, António Reis Rodrigues. Este improvisou logo uma reunião com uma série de bispos conversadores – sem conhecimento, sublinha Calvet, do novo patriarca D. António Ribeiro. E em representação destes pediu um encontro urgente com Caetano e ameaçou-o com guerra aberta por parte da corrente católica conservadora. Marcelo Caetano recuou.

O chefe do Governo relatou então o episódio ao embaixador Calvet, prevenindo-o quanto ao facto de o núncio não ser de confiança. Disse-lhe: «Imagine esse homem que eu considerava como um meu amigo!» Calvet refere que pensou «é inconcebível, como é que o primeiro-ministro de um país está convencido de que o representante da Igreja ou o embaixador de Inglaterra é amigo dele, e que por causa de ser amigo dele vai fazer uma coisa contra os interesses do seu próprio país!» Comenta ainda que este era um «erro tremendo», e que mesmo «um adido de embaixada não fazia um erro destes!»

Aproveitando a deixa, avançou então com a sua apologia da diplomacia. Argumentando que este era um exemplo do que pode suceder quando os políticos «caem nesta ingenuidade» de fazer amigos entre os diplomatas estrangeiros. Se for uma coisa estritamente privada, muito bem, mas «é um risco terem essas intimidades [...] a diplomacia foi inventada para isso mesmo, para velar pelos interesses públicos».

Neste caso, Calvet refere que respeitosamente comentou com Marcelo o sucedido. «O Sr. Presidente desculpe mas gostava de lhe fazer uma observação. Eu aí teria procedido de maneira diferente. “Então diga lá”, respondeu-me ele. Se eu entendesse que era do interesse do Estado português fazer isso, pegava nesse decreto e mandava-o para o *Diário de Governo* e quando o decreto já estivesse para ser publicado, então chamava o núncio e tinha essa conversa com ele.» Ou seja, usaria a suposta amizade, mas não contaria com ela senão perante um facto consumado. Provavelmente, para Marcelo uma tal opção ter-lhe-ia parecido demasiado ínvia.

Mas a questão do divórcio era realmente uma questão social séria e não desapareceu com este recuo. Aliás, Salazar tinha antecipado essas dificuldades. Tanto que chegou a oferecer alguma resistência à ideia vaticana nas negociações da Concordata, alegando que com o laxismo de costumes português ela arriscava-se a colocar em causa a própria sobrevivência do acordo. Foi o que sucedeu no contexto do PREC pós-25 de Abril, em que até coisas bem menos controversas foram postas em causa. O movimento pró-divórcio rapidamente ganhou força e peso público.

Entretanto, Calvet de Magalhães, depois de ter assegurado a gestão do MNE na qualidade de secretário-geral durante a mudança de regime, acabou por ser recompensado com uma colocação honrosa no Vaticano. A verdade é que a diplomacia foi, ainda mais

CALVET DE MAGALHÃES, DEPOIS DE TER ASSEGURADO A GESTÃO DO MNE NA QUALIDADE DE SECRETÁRIO-GERAL DURANTE A MUDANÇA DE REGIME, ACABOU POR SER RECOMPENSADO COM UMA COLOCAÇÃO HONROSA NO VATICANO.

do que as forças armadas, praticamente deixada intocada pelo novo regime, que queria beneficiar da experiência dos diplomatas, e que os sabia por formação dispostos a servir o País independentemente dos regimes. Mas Mário Soares ter-lhe-á também explicado que havia necessidade, por razões políticas, de promover algumas

«caras novas» nas Necessidades. Calvet afirmou-lhe que percebia a situação, claro, e que tinha aliás pedido um encontro para colocar o lugar à disposição. Mas Soares atalhou dizendo que não havia necessidade disso, queria apenas que ele aceitasse ir para o Vaticano. Calvet aceitou, mas com alguns receios. E não tardou muito a ter indicações de que podia ir parar ao meio de uma tempestade.

Pouco antes da sua partida assistiu na RTP a uma famosa rábula do antigo regime em que se parodiava o cardeal Cerejeira, o almirante Tenreiro, o presidente Tomás e esposa, descrita pelo embaixador como «um happening, uma verdadeira cegada» que sendo «própria do tempo» era «muito desagradável». Entrou em contacto com Mário Soares com a

intenção de lhe dizer que assim seria complicado ter boas relações com o Vaticano. Mas este disse-lhe logo que tinha sido prevenido pelo Raul Rego, membro destacado da oposição e do PS, mas com fortes ligações à Igreja, sendo um antigo seminarista. Soares disparou ao telefone: «Aquilo foi uma loucura! Eu mandei parar aquilo!» E explicou: «Eu não quero qualquer questão com a Igreja, porque foi o que atirou abaixo a I República»». Segundo Calvet, foi precisamente essa a ideia que presidiu à sua ida para o Vaticano. É evidente, nomeadamente por este episódio televisivo, que não apenas Soares, mas os reais centros de poder revolucionário, nomeadamente grupos importantes no MFA, o próprio Spínola e depois Costa Gomes, e mesmo o PCP, estavam geralmente determinados a não hostilizar a Igreja Católica². Daí o interesse do novo regime em ter alguém em Roma com a experiência de Calvet, cuja missão era descansar o mais possível o Vaticano.

Calvet partiu, portanto, para Roma no Verão de 1974. A sua missão principal era conseguir uma revisão da Concordata de 1940 no que diz respeito ao divórcio. O problema tinha de ser resolvido antes do verdadeiro arranque da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte no início de 1975, pois de contrário esse tema iria alimentar os partidos mais radicais e anticlericais, e enfraquecer, ou obrigar a radicalizar, todos os partidos moderados. Portanto, a dificuldade estava não apenas na negociação em si, mas também, e sobretudo, na urgência em obter resultados. Sendo que em Roma corria a *boutade* que se a paciência dos chineses era infinita, a dos prelados vaticanos era eterna. Recorde-se que as negociações para a Concordata de 1940, apesar da suposta boa vontade entre Salazar e o Vaticano, tinham demorado mais de três anos, e, pelo menos duas vezes, estiveram à beira da ruptura e do fracasso. Uma delas precisamente por causa de questões ligadas ao casamento católico.

No Vaticano, Calvet pôde contar, no entanto, com a perspicácia de Casaroli, que percebeu que o mais importante e vantajoso para os dois lados era a pronta resolução do problema. Um diplomata menos experiente e menos influente do que este último teria tido dificuldade em avançar depressa. Ainda segundo o seu relato, Calvet de Magalhães não teve nem grandes ajudas, nem grandes problemas vindos de Lisboa. É verdade que foi enviado o procurador-geral da República, João de Deus Pinheiro Faria, para o acompanhar durante as negociações. O embaixador Calvet disse-nos que houve colegas seus que se manifestaram indignados com este *acompanhante*, e defenderam que ele devia recusar. Este facto não era, na verdade, totalmente anormal nas negociações concordatárias, que no tempo de Salazar foram conduzidas directamente em Lisboa por um homem da sua confiança pessoal, Mário de Figueiredo. Calvet aceitou a imposição sem problemas, pois pensou que se tratava de um assunto delicado politicamente, e portanto não seria mau ter alguém da confiança do novo poder com quem partilhar as culpas e as explicações caso as coisas corresse mal. Refere ainda que a sua relação com o procurador foi sempre muito correcta. Tanto mais que este de bom grado admitia a sua ignorância diplomática, deixando ao diplomata a condução das negociações propriamente ditas.

Porém, mesmo com os dois lados a admitir a vantagem de se chegar a um acordo, ainda havia um complicado problema de princípio a resolver quanto ao teor do acordo. A Igreja Católica não podia aparecer a ceder perante a sua recusa de princípio do divórcio. Mais, o que lhe podia ser dado em troca, no que era afinal suposto serem negociações? Calvet reclama ter apresentado a ideia que salvou o dia. Tratava-se, não de revogar o artigo XXII da concordata, mas de substituir esta cláusula *obrigatória* por um apelo do Vaticano aos católicos portugueses para *voluntariamente* não recorrerem aos tribunais civis para obter o divórcio. Ora, o que é curioso é que esta foi precisamente a fórmula sugerida por Salazar décadas antes, quando a questão se colocou pela primeira vez. A diplomacia vaticana evidentemente tinha forma de o saber. Mas não é evidente que tivesse interesse em sugerir logo esse caminho. Quanto ao MNE é menos claro que tivesse conhecimento deste facto. Os documentos em que a ideia surge estavam no arquivo Salazar, fora portanto da alçada do MNE. Ter-se-ia tratado de uma simples coincidência? O que é certo é que esta foi a chave para a saída da crise. A par do facto de na revisão o novo regime ter expressamente reconhecido como estando em vigor o resto da concordata. Era esse o outro trunfo de Calvet, cujo valor, naqueles tempos turbulentos, a Santa Sé soube valorizar. Parece mais ou menos evidente que qualquer arrastamento do processo do fim da indissolubilidade do casamento católico iria radicalizar ainda mais a dinâmica revolucionária. Exactamente de que forma e em que proporções, não podemos, evidentemente, saber com precisão. Mas tendo em conta os elementos de incerteza e os frágeis equilíbrios do processo eleitoral e revolucionário em 1975 não é descabido pensar que mesmo pequenas mudanças poderiam ter tido um enorme impacto no equilíbrio de forças. A revisão da concordata de 1940 foi portanto um importante contributo, geralmente pouco conhecido, para a moderação do PREC. Foi também um inegável triunfo diplomático para o embaixador Calvet – que lhe teria valido o aplauso espontâneo de alguns dos seus colegas numa recepção diplomática em Roma logo após a sua conclusão. E foi a melhor garantia de que, apesar do PREC, e por paradoxal que pareça, as relações entre Portugal e o Vaticano iriam ser mais toleráveis depois do 25 de Abril do que tinham sido imediatamente antes.

CONCLUSÃO, COM UMA PEQUENA APOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

Estas negociações de revisão da Concordata são um perfeito exemplo do entendimento da diplomacia por Calvet de Magalhães. Mas ele perpassa por todo este ensaio. Para o embaixador a diplomacia era o instrumento prudente de reconciliação de interesses contrários, evitando conflitos e tensões desnecessárias, cabendo aos diplomatas manter a necessária frieza para isso ser possível, mesmo, ou talvez sobretudo, em tempos de crise. São também um bom exemplo das potencialidades da história oral. No registo escrito que nos deixou de alguns destes acontecimentos, Calvet de Magalhães, por razões sobre as quais não interessa especular, não refere várias informações que nos foi possível recuperar por via da entrevista³. Por exemplo, o facto de que hesitou em acei-

tar o convite para ir para o Vaticano porque temia uma crise nas relações bilaterais. Ou as palavras claras de Mário Soares sobre as intenções do novo poder face à Igreja. Ou ainda o facto de o envio do procurador da República para o acompanhar nessas negociações ter sido algo controverso, e que provavelmente não terá sido do seu inteiro agrado (mas que aceitou, quanto mais não fosse para salvaguardar a sua posição face a qualquer fracasso).

Significa isto que a história da revisão da Concordata em 1975 está feita? Que as fontes orais são não apenas admissíveis, mas até superiores às escritas? Claro que não. Mas como referimos este é apenas um contributo exploratório das potencialidades da história oral para a reconstituição e a análise destes factos. As fontes orais, como quaisquer outras, têm vantagens e desvantagens. Uma mesma personalidade, umas vezes é mais rigorosa – voluntária ou involuntariamente – do que outras. Mas mentir constantemente é um exercício trabalhoso, frequentemente supérfluo, e que se faz tão bem ou melhor por escrito do que oralmente. A particular vantagem da história oral – da entrevista ou conversa mais informal – é que permite a interacção, permite ao historiador, se estiver bem preparado, questionar a sua fonte, chamar a atenção para incongruências ou questionar silêncios. Eventualmente, e se necessário para obter mais informação, pode mesmo recorrer ao *off record* ou à conversa informal. Claro que aqui o próprio historiador se torna ele próprio testemunho e tem de aceitar que os seus relatos sejam sujeitos ao mesmo tipo de escrutínio que outras fontes.

Não propomos um regresso ao passado, à ideia de muitos até ao nascimento da paleografia erudita no Renascimento, de que a história rigorosa era a história do passado recente, era a história testemunhada. Tucídides, na *História da Guerra do Peloponeso*, garantia aos seus leitores o rigor do que contava precisamente porque se tinha baseado não em lendas e tradições, mas em factos que, ou ele mesmo tinha presenciado, ou então em entrevistas com pessoas que os tinham vivido. Mas o que nos parece evidente é que o historiador tem obrigação de explorar ao máximo as fontes disponíveis. Sem abdicar face a nenhuma delas do seu sentido crítico. Nem o escrito é a verdade, nem o oral o é. São apenas mais peças num puzzle que podem ajudar a reconstituir uma imagem mais completa do que se passou.

NOTAS

¹ Todas as citações deste texto são resultado da transcrição de uma entrevista gravada realizada em Abril de 1999. Sempre que me refiro a comentários que o embaixador Calvet fez *off record* ou nessa ocasião ou em encontros posteriores, parafraseei o que ele disse, sem recorrer a aspas para não induzir no leitor um falso sentimento de

rigor. Nesse caso apenas posso garantir que se trata das suas ideias tal como me lembro delas.

² Ver a este respeito SANTOS, Paula Borges dos – *A Igreja e o 25 de Abril: O «Caso Rádio Renascença» (1974-1975)*. Lisboa: ICS, 2005.

³ MAGALHÃES, José Calvet de – «O reconhecimento internacional da Junta de Salvação Nacional: a negociação da concordata de 1940». In ROSAS, Fernando – *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Actas do I Curso Livre de História Contemporânea da FMS e IHC-UNL (23-28 Novembro 1998). Lisboa: Colibri, 1999, pp. 317-322.